TRUMP, PUTIN E XI: UMA NOVA IALTA?

*Por Gabriel Camilli**



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

O encontro entre Trump, Putin e Xi sinaliza um mundo em transição: as grandes potências buscam administrar rivalidades, enquanto Brasil e Argentina precisam aprender a transformar seus recursos e sua geografia em autonomia estratégica.

A reunião trilateral entre Donald Trump, Vladimir Putin e Xi Jinping, realizada em 19 de novembro em Shenzhen, na China, constitui um acontecimento de importância singular na política internacional contemporânea. Pela primeira vez, os líderes de Estados Unidos, Rússia e China reuniram-se formalmente, sem a presença de outros chefes de Estado, em uma mesa destinada a discutir questões centrais da segurança e da ordem mundial.

Sua relevância transcende os resultados concretos que possam ser obtidos. Estamos diante de uma imagem que expressa, por si só, uma transformação profunda nas relações internacionais: as três principais potências militares e nucleares do planeta reconhecem a necessidade de dialogar diretamente, administrar suas diferenças e estabelecer mecanismos que evitem um confronto de consequências imprevisíveis.

O jornalista italiano Davide Malacaria, em seu artigo *Lo Storico Trilaterale Trump, Putin, Xi*, publicado em 18 de novembro, propõe uma comparação instigante: uma nova Ialta,

ainda que com características substancialmente diferentes. Não se trata de repetir a partilha de zonas de influência de 1945, mas sim de começar a estabelecer condições para gerir um cenário internacional marcado por conflitos prolongados e pela perda progressiva da capacidade de condução por parte de um único centro de poder.

Acreditamos que essa comparação deve ser tratada com prudência. Ialta foi uma conferência realizada quando a Segunda Guerra Mundial estava em sua fase final e existia uma correlação de forças definida pela vitória militar. Hoje, por outro lado, os confrontos permanecem em aberto e não existe uma ordem multipolar consolidada. Contudo, a analogia permite compreender a magnitude da questão que o encontro levanta: estaríamos diante do início de uma nova arquitetura internacional?

DIFERENTES INTERPRETAÇÕES

As análises publicadas nos últimos dias mostram que o encontro admite interpretações distintas.

Patricia M. Kim, pesquisadora da Brookings Institution, sustenta que a reunião pode evidenciar a perda da antiga centralidade norte-americana no equilíbrio triangular que Washington soube aproveitar durante a Guerra Fria. Naquela época, as divergências entre Moscou e Pequim permitiam aos Estados Unidos manobrar diplomaticamente e obter vantagens estratégicas. Hoje, a estreita parceria entre a Rússia e a China limita essa possibilidade.

A partir da Chatham House, Bronwen Maddox apresenta uma leitura mais crítica. Ela avalia que Xi Jinping obtém o maior benefício diplomático ao atuar como anfitrião dos outros dois líderes, enquanto a Europa, mais uma vez, permanece à margem de um evento de enorme relevância. Sua conclusão é que não estamos diante de uma nova Ialta, mas sim de uma demonstração do protagonismo crescente da China e das dificuldades estratégicas dos Estados Unidos.

Por sua vez, a cobertura da *Reuters* e da *Associated Press* sobre a reunião permite distinguir entre o simbolismo e os resultados. Os líderes abordaram o desarmamento e os riscos nucleares, a segurança internacional, a cooperação econômica e os mecanismos de diálogo. Também levantaram questões relativas à reforma das Nações Unidas e ao abastecimento energético. Contudo, não foi anunciada uma solução para a Ucrânia, nem um acordo que permita falar de uma nova aliança entre os três países. Essa distinção é fundamental. A competição entre grandes potências não desaparece apenas porque seus dirigentes se sentam para negociar. Pelo contrário, muitas vezes a negociação constitui um instrumento para administrar essa competição e evitar que ultrapasse certos limites.

O REALISMO E OS LIMITES DO PODER

As reflexões de John J. Mearsheimer mostram-se particularmente úteis para interpretar esse processo. Há anos, ele sustenta que o sistema internacional está retornando a uma lógica de competição entre grandes potências, na qual os interesses nacionais, as capacidades materiais e os equilíbrios de poder têm mais peso do que as declarações ideológicas.

Douglas Macgregor, sob uma perspectiva militar, tem apontado reiteradamente os limites da capacidade dos Estados Unidos de sustentar, simultaneamente, diferentes cenários de confronto. A sobre-extensão estratégica, o desgaste dos recursos e as dificuldades em manter uma superioridade operacional absoluta obrigam Washington a rever suas prioridades.

Para a nossa análise, esses autores nos ajudam a elaborar uma avaliação equilibrada da reunião de Shenzhen. Suas contribuições nos ajudam a compreender o contexto estratégico em que isso ocorre.

Há uma questão que merece atenção especial: os Estados Unidos continuam sendo uma potência de primeira grandeza, mas já não dispõem da mesma liberdade para organizar unilateralmente o sistema internacional. A China alcançou uma dimensão industrial, tecnológica, comercial e militar que a torna um competidor de escala global. A Rússia, por sua vez, conserva profundidade territorial, recursos energéticos e capacidade militar nuclear. Não estamos, portanto, diante do desaparecimento da primazia norte-americana, nem diante de uma aliança consolidada entre Moscou e Pequim. Estamos diante de uma redistribuição de poder e de uma competição que obriga todos os atores a reconsiderar suas estratégias.

UMA TRANSFORMAÇÃO QUE VIMOS APONTANDO

Não se trata de uma interpretação surgida a partir deste encontro. Nestas mesmas páginas do ***Velho General***, já havíamos alertado sobre a transformação da ordem internacional.

Em *O Fim da História e a Angústia da Velha Ordem*, analisamos o esgotamento progressivo do momento unipolar, a ascensão da China, a recuperação das capacidades russas e a crescente competição por recursos energéticos e rotas marítimas. Ali, incorporamos justamente as reflexões de Mearsheimer e Macgregor para explicar por que a ordem posterior a 1991 começava a mostrar seus limites.

Posteriormente, em *O Mundo Entre Duas Ordens*, desenvolvemos a ideia de um interregno estratégico: um período durante o qual as regras da ordem anterior perdem a eficácia, enquanto as da nova ordem ainda não terminaram de se constituir.

Também ressaltamos que a aproximação entre Washington e Moscou não deveria ser confundida com uma ruptura da parceria russo-chinesa. A Rússia pode buscar ampliar suas margens de negociação com os Estados Unidos sem abandonar uma relação com Pequim que adquiriu uma importância econômica e estratégica considerável.

A reunião de Shenzhen confirma a pertinência daquele alerta. Não demonstra que tenha surgido um novo sistema internacional, mas mostra que as grandes potências reconhecem a necessidade de negociar dentro de uma realidade que já não conseguem controlar individualmente.

DA FOTOGRAFIA DIPLOMÁTICA À DECLARAÇÃO CONJUNTA

A importância do encontro de Shenzhen não reside apenas na imagem de Trump, Putin e Xi sentados à mesma mesa. Seu resultado mais concreto foi a adoção de uma declaração conjunta que identifica quatro áreas nas quais as três potências reconhecem interesses comuns: a reforma das Nações Unidas, a estabilidade dos fluxos energéticos, o respeito à soberania e às imunidades estatais, e a redução dos riscos nucleares.

Não se trata, ainda, de uma aliança nem de um acordo para dividir o mundo em zonas de influência. Também não foi criado um organismo permanente para reger as relações internacionais. Contudo, o documento possui um valor político considerável: as três potências que concentram uma parcela decisiva do poder militar, econômico e nuclear mundial reconhecem que precisam dialogar e coordenar posições diante de determinados problemas globais.

Há, além disso, um dado que merece atenção especial: a energia aparece expressamente entre os temas de cooperação. Isso confirma que os recursos e a segurança do abastecimento ocupam um lugar central na competição internacional.

A declaração, por si só, não inaugura uma nova ordem mundial, mas pode ser um sinal de como as grandes potências buscam administrar suas rivalidades e preservar seus interesses em um cenário internacional cada vez mais complexo.

E NOSSA REGIÃO?

É aqui que o acontecimento ganha verdadeira relevância para a nossa região. Argentina e Brasil não podem encarar essa transformação apenas como uma disputa distante entre potências. A reorganização do poder mundial afeta diretamente seus recursos naturais, energia, possibilidades comerciais, infraestrutura, espaços marítimos e defesa.

O Atlântico Sul constitui um dos principais cenários nos quais devemos projetar essa preocupação estratégica. As Ilhas Malvinas, a Antártida, as rotas marítimas, as passagens bioceânicas, a Patagônia, a Margem Equatorial, a Elevação do Rio Grande, os recursos energéticos e minerais adquirem uma importância crescente em um mundo onde a competição por espaços e suprimentos se intensifica.

Vaca Muerta, o lítio, os minerais críticos e a nossa capacidade alimentar representam oportunidades extraordinárias. Mas dispor de recursos não significa, necessariamente, dispor de poder. Para transformá-los em instrumentos de influência, são necessários infraestrutura, tecnologia, indústria, capacidade logística, defesa e uma política externa que responda a objetivos permanentes.

Também não devemos confundir autonomia estratégica com isolamento ou alinhamentos automáticos. É preciso se relacionar com os Estados Unidos, a China, a Rússia, a Europa e os demais atores internacionais de acordo com os interesses nacionais. A questão não é escolher, de forma precipitada, um protetor, mas sim desenvolver capacidades que permitam negociar sem ficar subordinado a decisões alheias.

NECESSIDADE DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL

O encontro entre Trump, Putin e Xi pode não resultar em acordos duradouros. Poderia, inclusive, ficar restrito a um episódio excepcional, sem continuidade institucional. Contudo, o seu significado não deve ser medido exclusivamente pelos seus resultados imediatos.

O que é verdadeiramente importante é que isso expressa a necessidade de gerir uma competição global que ameaça ultrapassar os limites do confronto indireto e comprometer a segurança de toda a humanidade.

Para nós, a lição é clara. Enquanto as grandes potências negociam e buscam estabelecer as condições do novo equilíbrio mundial, nós devemos definir que lugar pretendemos ocupar.

A geografia oferece oportunidades, os recursos fornecem instrumentos e a história nos recorda os nossos direitos. Mas nada disso substitui uma estratégia nacional, sustentada por capacidades econômicas, tecnológicas, diplomáticas e militares.

No mundo que se avizinha, não bastará observar as decisões de Washington, Moscou ou Pequim. Será necessário compreendê-las, antecipar as suas consequências e defender os nossos próprios interesses. Pois os países que não participam da construção da ordem internacional correm o risco de acabar submetidos às regras estabelecidas por outros.

Publicado no La Prensa.

***Gabriel Camilli** é Coronel Mayor da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.*